

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO JACINTO

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2020

Ata nº 4/2020

-----Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte, na sala de reuniões do edifício da Junta de Freguesia de S. Jacinto, após convocatórias individuais e edital afixado nos locais públicos da Freguesia, no dia 16 de setembro de dois mil e vinte, em que se anunciava o dia, hora e local da sessão e respetiva ordem de trabalhos que abaixo se indica, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de S. Jacinto com a presença dos seguintes elementos:-----

-----pelo Partido Socialista: Carlos Manuel Paiva Galante, Ana Cristina Rebelo Duarte e Ana Margarida Marques Ruela;-----

-----pela Coligação “Aliança com Aveiro – PSD/CDS/PPM”: Arlindo José Vieira Tavares e Marinela Sofia de Pacheco G. Gonçalves; -----

-----pela CDU: António Armando de Matos Nabais e Sílvia Alexandra Almeida Figueiredo; -----

-----representando a Junta de Freguesia: António Augusto Cruz Aguiar, Rosa Maria Gouveia Serôdio e Ana Maria Ferreira da Silva Costeira. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia abriu a sessão saudando os presentes. -----

-----A ordem de trabalhos da sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de São Jacinto, conforme convocatória e edital, cujas cópias se anexam a esta ata, foi a seguinte: -----

1. Intervenção do público; -----
2. Período antes da ordem do dia; -----
3. Aprovação da ata da sessão extraordinária de 28-02-2020; -----
4. Relatório de atividade; -----

----- Antes de passar à intervenção do público, o Presidente da Mesa da Assembleia esclareceu que a documentação entregue, agora, em mão, era o documento solicitado pelo Sr. Arlindo Tavares, na última Assembleia de Freguesia. Esse documento era o parecer da Junta de Freguesia enviado ao Tribunal de Contas, devido ao atraso na entrega das contas de 2019. O Presidente da Mesa da Assembleia referiu que esse documento só chegou ao final do dia de ontem e por esse motivo não foi possível enviá-lo mais cedo

aos restantes membros.-----

----- Não havendo mais esclarecimentos a fazer, deu-se início aos trabalhos.-----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- O Presidente da Mesa da Assembleia perguntou se alguém se queria inscrever. -----

----- Inscreveu-se a Sr.^a Virgínia Nabais para referir que, o autocarro que sai do Forte da Barra às 8 horas e que transporta as pessoas para o trabalho e os estudantes, e que só pode levar um terço da lotação, agora que começou a escola, vai cheio. No mesmo dia enviou um email para a empresa a explicar a situação. Até sugeriu que o autocarro da *Transdev* que sai à mesma hora do Forte e que vai para Aveiro, pudesse levar algumas pessoas para o autocarro da linha 13 não ir tão subcarregado. Recebeu, hoje, a resposta da empresa a esclarecer que não podia ser utilizado o autocarro da *Transdev* e para isso acontecer teria que comprar outro passe. Pediu a intervenção do Presidente da Junta junto da empresa para ver qual será a melhor maneira, pois na situação que estamos atualmente, esta não será a melhor solução. -----

----- O Presidente da Mesa da Assembleia acrescentou que além do autocarro também existe o Ferry, que em dias de chuva tem dois locais abrigados que são muito pequenos para tantas pessoas em hora de ponta. -----

----- O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Junta que iniciou dizendo que só teve conhecimento desta situação, hoje, e que em relação ao autocarro será possível resolver. Esta semana também surgiu uma situação com os horários do autocarro, porque agora as aulas terminam mais tarde, às 18.30h, e o autocarro não passa nas escolas a esta hora. Mas esta situação vai mudar e na semana que vem já o autocarro passará nas escolas. Tudo isto foi depois da intervenção do Presidente da Junta junto da Câmara Municipal e não junto da empresa *Transdev*. Em relação ao Ferry já será mais complicado. -----

----- Pediu a palavra a Sr.^a Ana Cristina Duarte sugerindo que se os horários forem alterados, sejam publicados no site da Junta de Freguesia. -----

----- Inscreveu-se o Sr. João Silva para referir que em relação aos transportes também já tinha feito várias reclamações sobre o Ferry, porque não espera pelo autocarro que vem da Gafanha por volta das 18.50h. Situação que já aconteceu com o seu filho. Pediu a intervenção do Presidente da Junta para resolver esta situação o mais breve possível. ----

----- O Sr. António Nabais pediu a palavra para referir que estamos a falar de um jovem e que muitas vezes tem de ficar sozinho desde as 20 horas até às 23.30 horas naquele

local. Os mestres do Ferry têm ordens para esperar pelos autocarros. -----

----- O Presidente da Mesa da Assembleia propôs que os horários sejam ajustados para que quem vem de carro e a horas também não tenha de esperar pelo autocarro que vem atrasado. -----

----- O Sr. João Silva pediu ainda esclarecimentos sobre a situação da Columbofilia porque está a chegar o inverno e a sede dos escuteiros marítimos inunda. -----

----- Referiu ainda que desde que acabou o confinamento, nunca viu o parque infantil ser desinfetado uma única vez e por vezes está a ser utilizado por muitas crianças e até alguns adultos. -----

----- O Sr. António Nabais pediu a palavra para referir que não concordava com o que o Presidente da Mesa da Assembleia tinha sugerido em relação ao Ferry e ao ajustamento do horário. E deu como exemplo os comboios que esperam uns pelos outros. Se o autocarro está atrasado o Ferry só tem que esperar. -----

----- O Presidente da Mesa da Assembleia referiu que continuava a ter a mesma opinião e se era uma situação recorrente tinha-se que ajustar o horário e não fazer as pessoas esperar. -----

----- O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Junta que referiu que a situação da columbofilia estava resolvida e que seria para os escuteiros. Neste momento o protocolo já foi aprovado em reunião de executivo, só faltando a aprovação em Assembleia de Freguesia. Sugeriu até que como o protocolo era igual aos das outras associações, a columbofilia poderia ser entregue aos escuteiros sem a aprovação da Assembleia. Mas durante a primeira quinzena de outubro a columbofilia será entregue aos escuteiros marítimos. -----

----- Em relação ao parque infantil, o Presidente da Junta assumia a responsabilidade de ter o parque infantil aberto. Facilitou porque as crianças em São Jacinto são poucas e foi deixando estar todos os parques infantis abertos. Quando a delegada de saúde veio a São Jacinto, avisou que os parques não podiam estar abertos e mandou fechar. Em relação à desinfeção do parque também assumiu que nunca foi limpo enquanto esteve aberto. E até novas ordens não vai abrir o parque infantil. -----

----- Não havendo mais questões passou-se para o ponto seguinte. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Mesa da Assembleia referiu que foi entregue pela bancada do CDU duas moções e uma recomendação. E deu a palavra ao Sr. António Nabais. -----

----- O Sr. António Nabais começou por ler a moção “Suplemento de insalubridade, penosidade e risco”, que aqui se transcreve na íntegra:” *O Decreto-Lei N° 53-A/98, de 11 de março, que «regulamenta as condições de atribuição dos suplementos de risco, penosidade e insalubridade» consagrou as figuras de compensações, suplementos e demais regalias a atribuir em função de algumas particularidades específicas do trabalho prestado no âmbito da Administração Pública, cuja regulamentação nunca foi efetuada, em prejuízo dos trabalhadores que nunca viram os seus direitos devidamente garantidos.* -----

----- *Com a publicação e entrada em vigor da Lei N° 12-A/2008, de 27 de fevereiro, foi revogado expressamente o Decreto-Lei N° 53-A/98, de 11 de março, ficando previstos os suplementos remuneratórios, como componentes da retribuição, sem no entanto, os designar e/ou regulamentar, continuando os trabalhadores a executar trabalho em condições de risco, penosidade ou insalubridade sem qualquer reconhecimento da sua condição, nem do pagamento da compensação devida.*-----

----- *A obrigatoriedade do pagamento dos suplementos remuneratórios, passa a estar tipificada na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, a qual revoga a Lei N° 12-A/2008, de 27 de fevereiro, mas na verdade sem determinar o seu âmbito de aplicação, regras de cálculo e modo de pagamento destes suplementos, bem como dos respetivos complementos a atribuir em acréscimos aos auferidos suplementos, permanecendo esta obrigatoriedade num vazio e os trabalhadores visados sem o pagamento de qualquer suplemento e/ou complemento que compense os danos eventuais ou efetivos do trabalho executado em condições de risco, penosidade ou insalubridade.* -----

----- *No decurso da difícil situação de pandemia que vivemos, ficou demonstrada a importância da atribuição do suplemento de insalubridade, penosidade e risco. Os trabalhadores da administração local, dos Municípios e das Freguesias, de diversos setores, desde a proteção civil, à recolha de resíduos, aos serviços de água e saneamento até à limpeza urbana, desempenharam um papel essencial e são dos trabalhadores mais expostos ao risco de contágio durante a epidemia da covid 19, tendo um maior nível de penosidade e risco nas funções que desempenham em qualquer circunstância.* -----

----- *O papel dos trabalhadores das autarquias que asseguram os serviços essenciais, com forte exposição ao perigo, deve merecer não só o aplauso de todos, mas uma valorização efetiva.* -----

----- *É tempo de regulamentar o suplemento de insalubridade, penosidade e risco. A*

aplicação do suplemento deve estar dependente da efetiva execução de tarefas ou de exercício de funções em condições de risco, em condições de penosidade, em condições de insalubridade, ainda que se encontrem reunidas as condições de segurança, legalmente, definidas para o desempenho das mesmas. -----

---- Assim, a Assembleia de Freguesia de São Jacinto, reunida a 25/09/2020, reclama a regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco na Administração Pública e a sua atribuição aos trabalhadores da administração central e local, que exercem funções em situações de penosidade, insalubridade e risco, com carácter de urgência”.-----

---- De seguida o Sr. António Nabais propôs à Assembleia o voto desta moção. -----

---- Não havendo questões, o Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação a moção apresentada pela CDU. Foi aprovada com cinco votos a favor (três do PS e duas da CDU) e duas abstenções (Coligação “Aliança com Aveiro – PSD/CDS/PPM”). -----

---- O Sr. António Nabais passou à segunda moção “Repôr as freguesias extintas – um imperativo democrático”, que a seguir se transcreve: “O processo de agregação/extinção das 1168 freguesias, no âmbito da chamada Reorganização Administrativa do Território, imposto pela Lei N° 11-A/2013, de 28 de janeiro, em execução da Lei N° 22/2012 de 30 de maio, da maioria PSD e CDS, mereceu generalizada contestação e oposição das populações e da esmagadora maioria dos órgãos autárquicos. -----

---- Ao contrário do propagandeado, a extinção de freguesias, na generalidade, não trouxe ganhos financeiros nem contribui para o reforço da coesão territorial, antes acentuou as assimetrias regionais já existentes. Ao encerramento de inúmeros serviços públicos pelo país, a extinção das freguesias, veio ainda esvaziar e agravar mais a vida em muitas localidades, em particular nas zonas rurais e do interior, onde a freguesia era a entidade que restava, deixando as populações ao abandono. -----

---- Perdeu-se a proximidade dos eleitos com as populações, com a redução de cerca de 20 mil eleitos de freguesia; dificultou-se a capacidade de intervenção na resolução de problemas; perdeu-se a identidade de cada freguesia e reduziu-se a capacidade de reivindicação das populações e dos seus órgãos autárquicos. -----

---- Na legislatura 2013/2017, foram apresentadas iniciativas legislativas na Assembleia da República, com o objetivo de repôr, as freguesias extintas, de acordo com a vontade das populações e dos órgãos autárquicos, e com eleições em 2017. Estas iniciativas foram rejeitadas com o voto do PS, PSD e CDS. O PS, numa fuga para a frente, avançou

com uma Resolução, recomendando ao governo a avaliação do processo para posterior decisão. -----

---- De então para cá, as populações de norte a sul do país continuam a reivindicar a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade. -----

---- Os últimos Congressos da ANAFRE realizados em 2018 e 2020 colocaram como exigência a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade. -----

---- Desde 2018 que o Governo PS anunciou ir apresentar uma lei de criação de freguesias, que permitiria corrigir os erros criados pela extinção de freguesias imposta pelo governo PSD/CDS. -----

---- O PCP já voltou a apresentar, em dezembro de 2019, novo projeto de lei de reposição de freguesias, que aguarda agendamento. -----

---- A reposição de freguesias exige uma lei simples e objetiva, que respeite a vontade das populações. -----

---- A reposição das freguesias extintas, com eleições em 2021, é um ato de inteira justiça, é uma exigência democrática. -----

---- Assim, a Assembleia de Freguesia de São Jacinto, reunida a 25/09/2020 delibera:--

---- 1- Reclamar do Governo e da Assembleia da República, as medidas legislativas necessárias para reposição das freguesias extintas contra a vontade das populações e respetivos órgãos autárquicos;-----

---- 2- Reclamar que todo o processo esteja concluído de forma a assegurar as eleições no ato eleitoral de 2021.”-----

---- E terminou, dizendo que caso seja aprovada, esta moção será enviada ao Sr. Primeiro Ministro, grupos parlamentares da Assembleia da República, à Associação Nacional de Freguesias, à Associação Nacional de Municípios e à Comunicação Social. -----

---- O Presidente da Mesa da Assembleia colocou à aprovação. Foi aprovada com cinco votos a favor (três do PS e duas da CDU) e duas abstenções (Coligação “Aliança com Aveiro – PSD/CDS/PPM”). -----

---- Por último, o Sr. António Nabais leu a recomendação, que aqui se transcreve na íntegra: “13ª Reunião Ordinária da Assembleia de Freguesia de São Jacinto do Quadriénio 2017-2021; Recomendação nº 2 – Pela instalação de passadeiras elevadas na EN327/Av. 25 de abril. -----

---- Considerando que: -----

---- 1- A Estrada Nacional 327(EN327), também conhecida pela Avenida 25 de abril na

nossa freguesia, atravessa ao meio a nossa freguesia/população, é uma via de intenso tráfego rodoviário, como é consabido por todos nós; -----

----- 2- Esta via aos fins de semana vê o trânsito, ser multiplicado, que para além do passeio domingueiro em automóveis é também constante as presenças de motociclistas e ciclistas; -----

----- 3- Se por um lado, é de regozijo que sejamos visitados por tanta gente e de diversas componentes, por outro, extremamente preocupados com o constante excesso de velocidade muito para além dos limites impostos, quer seja de dia ou de noite; -----

----- 4- Esta estrada é na verdade, o elemento que divide São Jacinto ao meio, provocando que a população se desloque constantemente para um lado e outro; -----

----- 5- Se de um lado encontra-se os transportes, a pesca, restauração e passeio da marginal, por exemplo, de outro lado, à deslocação aos serviços da Junta de Freguesia, CTT, Farmácia, Centro de Saúde, Centro Social, igreja, praia, etc.; -----

-----6- E porque estas deslocações necessárias, obrigam ao atravessamento constante de cidadãos/fregueses de um lado ao outro e que o fazem com cuidados redobrados face ao fluxo, muito mais preocupados ficam devido ao perigo das grandes velocidades; -----

----- Assim, torna-se urgente a necessidade de elevação e sinalização de passadeiras pedonais. -----

----- Pelo acima exposto, a Assembleia de Freguesia de São Jacinto, reunida a 25 de setembro de 2020 e sob proposta da CDU – Coligação Democrática Unitária(PCP-PEV), delibera recomendar à Junta de Freguesia que, juntamente com a Câmara Municipal de Aveiro, inicie de imediato os procedimentos necessários para a elevação e sinalização de passadeiras elevadas junto ao edifício da Columbofilia, após o cruzamento dos semáforos e no cruzamento da EN327 com a Rua Ginja Brandão. Serão de certos elementos necessários para a acalmia do trânsito nesta via e para a comodidade e segurança dos fregueses. -----

----- Mais delibera, enviar ao Presidente da Câmara Municipal de Aveiro; Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro; fazer a divulgação nos locais habituais; fazer a divulgação no site da Junta; juntar a ata em minuta desta Assembleia.”-----

----- Antes de terminar, o Sr. António Nabais reforçou e sabendo à pouco que a columbofilia vai ser atribuída aos escuteiros marítimos, vai agravar a passagem de jovens e vai ser mais preocupante. -----

----- O Presidente da Mesa da Assembleia acrescentou que além desta estrada também

seria bom colocar estas passadeiras junto aos semáforos da Avenida Ria-Mar. -----

----- O Presidente da Junta pediu a palavra para referir que a obra da ciclovia vai começar para a semana que vem, obra que já foi adjudicada e aprovada. Adiantou que em todos os cruzamentos da Avenida Ria-Mar vão ter passadeiras elevadas, e o passeio no Bairro dos Pescadores vai ser cortado e transformado em estacionamento. Na Estrada Nacional 327 a seguir à Reserva Natural vai ter sinalização luminosa até aos semáforos. Todos os cruzamentos da Avenida 25 de abril, vão ter passadeiras elevadas e na Rua das Flores o passeio vai ser cortado e transformado em estacionamento. -----

----- Não havendo mais questões, O Presidente da Mesa da Assembleia colocou à aprovação a recomendação da bancada da CDU, a qual foi aprovada com cinco votos a favor (três do PS e duas da CDU) e duas abstenções (Coligação “Aliança com Aveiro – PSD/CDS/PPM”). -----

----- O Sr. António Nabais pediu a palavra para referir que achava curioso que a bancada da Coligação Aliança com Aveiro – PSD/CDS/PPM, em questões de interesse legítimo para a freguesia se venham abster. Como é que disseram que iam lutar pelos interesses de São Jacinto e dos fregueses e agora abstêm-se. Nas moções nacionais ainda compreendia, agora numa recomendação para a freguesia não percebia. -----

----- O Sr. Arlindo Tavares pediu a palavra para chamar a atenção para a distribuição prévia de documentos, no ponto 1, do art.º 30 do Regulamento da Assembleia de Freguesia, que qualquer proposta, postura ou regulamento deve ser entregue aos membros da Assembleia com uma antecedência mínima de 5 dias úteis. Neste caso, ao ser apresentado na Assembleia, prescindiram da sua discussão. Têm votado sempre através da abstenção e não discutindo o ponto, porque defendem que devem ter os documentos de acordo com o que está no Regulamento e não entregue no próprio dia da Assembleia. -----

----- O Presidente da Mesa da Assembleia esclareceu que só recebeu estes documentos, hoje, no dia da Assembleia. -----

----- O sr. António Nabais referiu que são casos omissos, não estão previstos no Regulamento da Assembleia, e que de acordo com a lei geral podem ser entregues antes da ordem do dia.-----

----- O Sr. Arlindo Tavares defendeu que, de acordo com o Regulamento, está estipulado essa situação, mas obviamente que o Presidente da Assembleia tem a autoridade de colocar à discussão. Respeitam e acima de tudo têm sido coerentes, ao não votarem contra um documento que desconhecem e a favor porque não estudaram esse documento. -----

----- Não havendo mais questões e antes de passar ao próximo ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia referiu que iria fazer alguns esclarecimentos. -----

----- Em relação à última Assembleia e à entrega de material por parte do Sr. Marco Lima, ficou combinado marcar uma reunião extraordinária para resolver esta situação. Isso não aconteceu porque não recebeu, por parte do Executivo, nenhuma informação sobre esse assunto. Depreende que esta situação esteja resolvida. -----

----- Também nessa Assembleia foi solicitado a entrega de três documentos: a dívida para com o Sr. Marco Lima; o parecer que a Junta de Freguesia deu ao Tribunal de Contas, na altura pedido pelo Sr. Arlindo Tavares; e quem estava inscrito nas finanças como Técnico Oficial de Contas. Quanto ao primeiro documento, até hoje, ainda não teve nenhuma informação. Em relação ao parecer entregue no Tribunal de Contas, só recebeu ontem. E em relação à pessoa que estava inscrita nas finanças, como TOC, foi informado que não é necessário porque o responsável das contas, numa Junta de Freguesia, é o próprio Executivo. Há a pessoa que ajuda a preparar toda a documentação, mas depois o responsável é o Executivo. -----

----- Outra questão que o Presidente da Mesa da Assembleia colocou foi que viu na comunicação social uma declaração do Presidente da Junta a dizer que no próximo mês de outubro vai haver uma sessão extraordinária para discutirem as contas. Ficou admirado porque normalmente quem marca as assembleias de freguesia é o Presidente da Assembleia em concordância com o Presidente da Junta. No dia 8 deste mês, o Presidente da Mesa da Assembleia enviou um email ao Presidente da Junta a perguntar quais os pontos para esta assembleia. Só respondeu no dia 13, dizendo que o Dr. Mesquita da *Globalsoft* iria falar com o Presidente da Assembleia para discutirem as contas e que enviaria, na 2ª feira, os pontos para o edital. Acontece que não recebeu informação nenhuma sobre estes pontos e achou estranho que no dia 14 saia uma declaração na comunicação social a dizer que em outubro iria haver uma sessão para discutirem as contas. E questionou o Presidente da Junta sobre se teriam ou não as contas prontas para apresentar no próximo mês de outubro. -----

----- Também questionou o Presidente da Junta sobre o parecer que enviou para o Tribunal de Contas, onde referia que se deparou com contas em atraso. Na comunicação social o Presidente da Junta diz, passando a citar “Detetamos falhas ainda anterior a este mandato que temos vindo a corrigir”, e questionou se já se entregou as contas de 2017 e 2018, só

agora é que se deteta falhas quando estamos a entregar contas de 2019? O Presidente da Mesa da Assembleia referiu que esteve no anterior mandato e houve atrasos na entrega das contas na ordem de semanas e não de meses. -----

----- E terminou dizendo que a empresa contratada para tratar da contabilidade já está há um ano a trabalhar com a Junta de Freguesia e não há uns meses como o Presidente da Junta referiu. O Presidente da Junta também referiu que o ano de 2018 ia entrar nos termos e que o ano de 2019 estava pronto. Mas está tudo na mesma. -----

----- O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Junta para prestar os esclarecimentos necessários. -----

----- O Presidente da Junta referiu que não ia responder à maior parte das questões colocadas porque não ia entrar no mesmo diálogo que tinha debatido várias vezes. Referiu que será marcada uma reunião em outubro e aí serão apresentadas as contas de 2019. Ontem esteve em reunião com a Globalsoft e está tudo a ser tratado. -----

-----E questionou o Presidente da Assembleia se as contas não estavam em atraso quando tomou posse em 2017. -----

----- O Presidente da Mesa da Assembleia respondeu que não e que as contas de 2016 foram entregues em 2017 e as de 2017 foram entregues já neste mandato. -----

----- Perguntou se havia mais alguma questão. -----

----- Pediu a palavra o sr. António Nabais que pediu ao Presidente da Junta ou ao Executivo que esclarecessem sobre um boato que tinha surgido há uns dias atrás, sobre material da Junta de Freguesia que tinha sido penhorado. Se isto aconteceu é porque alguma coisa está mal. E se é material do inventário da Junta, inventário esse que não está atualizado, e que há muito anda a debater este assunto, gostaria que o esclarecessem se isto era verdade, e porque é que foi penhorado, ou se é simplesmente um boato. -----

----- Lembrou que o Sr. Arlindo Tavares tinha questionado, há uns tempos atrás, se havia dívidas, o qual o Presidente da Junta tinha dito categoricamente que não havia dívidas. Depois disse que havia, mas que eram passíveis de serem resolvidas. Agora aparecem estes boatos, e isto é grave se for verdadeiro. -----

----- O Presidente da Junta esclareceu que era um assunto grave e que foi criado uma situação mais grave quando vieram fazer o levantamento do material penhorado. -----

----- Passou a explicar que no ano passado, na altura do festival dunas, no apoio à Câmara Municipal, o trator avariou. A Câmara Municipal levou o trator para reparar nas suas oficinas e disse ao Presidente da Junta para alugar um trator que assumiam a despesa.

Como a Câmara Municipal demorava a transferir o dinheiro, o Presidente da Junta negociou com o proprietário do trator alugado, dizendo para ele dividir a dívida em duas tranches que a Junta pagava, que depois resolvia com a Câmara. O proprietário não concordou e avançou com um processo contra a Junta de Freguesia. No dia que vieram buscar o material penhorado, o Presidente da Junta não estava e foi pedido a outro membro do executivo que fosse ao estaleiro da Junta com o solicitador. O Presidente da Junta falou com o solicitador ao telefone e ficou combinado que a máquina não ia e só iam tirar a informação da máquina para ficar a execução feita. Era o trator que estava penhorado, mas quando chegaram ao estaleiro carregaram a BobCat. Levaram a máquina que não estava penhorada e andaram a trabalhar com a máquina. Nesse mesmo dia o Presidente da Junta fez a transferência da dívida e pediu ao solicitador que entregasse a máquina. Demoraram cinco dias a entregar, cinco dias que foi necessária na Junta. -----

----- O Presidente da Mesa da Assembleia perguntou se mais alguém queria colocar alguma questão. -----

----- Pediu a palavra o Sr. Arlindo Tavares referindo que soube desta situação e em fevereiro de 2020 tinha até referido que essa possibilidade poderia acontecer devido aos desequilíbrios financeiros que a Junta tem. O mais curioso desta situação é que vieram penhorar uma máquina que faz parte do inventário patrimonial da Junta de Freguesia. Referiu que já está há três anos como membro da Assembleia de Freguesia e ainda não teve acesso ao inventário. E questionou o Presidente da Junta para quando esse inventário. Era importante, como membros da Assembleia de Freguesia, saberem que inventário é que a Junta de Freguesia tem. Porque estas situações de penhoras, no futuro, se voltarem a acontecer, convém ter um inventário para saber se a Junta tem capacidade para tal. ----

----- E continuou dizendo que apesar das dificuldades ou dos desequilíbrios financeiros, como o Presidente da Junta disse na última Assembleia, e de acordo com as contas de 2018, também pela chegada dos meses de inverno onde a receita do Parque de Campismo não são grandes e a Junta fica muito refém das transferências da Câmara Municipal e do Fundo de Financiamento das Freguesia (FFF), espera que até ao final do ano a nossa situação esteja organizada e equilibrada. -----

----- Referiu ainda que quando ouviu estes boatos teve o cuidado de telefonar ao Presidente da Junta para saber se eram verdadeiros e também porque ficou preocupado. Espera que daqui para o futuro, esta situação não volte a acontecer. -----

----- Não havendo mais questões, passou-se ao ponto seguinte. -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 28-02-2020** -----

----- O Presidente da Mesa da Assembleia perguntou se havia alguma questão sobre a ata de 28 de fevereiro de 2020. Não havendo, colocou à aprovação, sendo aprovada por unanimidade. -----

----- **RELATÓRIO DE ATIVIDADE** -----

----- O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia para que este efetuasse uma comunicação, dando conhecimento à Assembleia de Freguesia a atividade da Junta, comunicação essa que foi lida pela Sra. Ana Costeira e que fica anexada a esta ata. -----

----- Após a leitura da comunicação do Presidente da Junta, o Presidente da Mesa da Assembleia perguntou se alguém queria colocar alguma questão. -----

----- Inscreveu-se o Sr. Arlindo Tavares que perguntou ao Presidente da Junta se tinha já um valor de perda de receita do Parque de Campismo até ao final do mês de agosto, comparando com o ano passado. -----

----- O Presidente da Junta esclareceu que só tinha sido apurado o valor dos dois meses que esteve fechado, meio de março até meio de maio, cerca de 33.000,00 € de perda de receita. -----

----- Inscreveu-se o Sr. António Nabais que felicitou o Presidente da Junta pelo trabalho que tem feito, segundo o relatório. E pediu um esclarecimento sobre o significado da expressão “locais de descarga de cassetes”, na pág. 9 do relatório de atividades. -----

----- Perguntou também que empresa era a GES Autarquias e porque é que teve uma reunião com esta empresa. Também o preocupava a reunião que teve com os CTT. -----

----- Chamou a atenção, mais uma vez, para a Rua das Flores que existe e não é antiga Rua das Flores. -----

----- Referiu, também, que não viu no relatório o apoio dado pela Junta de Freguesia ao Festival das Dunas. -----

----- O Presidente da Mesa da Assembleia pediu um esclarecimento sobre a “estação de serviço para autocaravanas”, para que é e para que fim. -----

----- Relativamente ao mapa de pessoal, o Presidente da Mesa da Assembleia perguntou se os três assistentes operacionais registados na última folha do relatório, são à parte ou eram os mesmos que estavam na receção do Parque de Campismo mais a Junta de Freguesia. -----

----- O Presidente da Junta esclareceu que as cassetes são um depósito que as caravanas

TS-1
A

têm, onde se fazem as necessidades, e que os campistas vão a esses locais para descarregar e lavar essas cassetes. Estes locais estão ao lado das casas de banho. A estação de serviço é para o mesmo fim, mas para autocaravanas que não dá para retirar essas cassetes, e que são descarregadas num buraco, situado no chão, indo diretamente para o saneamento. ---

----- O Presidente da Mesa da Assembleia perguntou se eram serviços gratuitos. -----

----- O Presidente da Junta referiu que eram gratuitos, mas só para quem está a pernoitar no Parque de Campismo. -----

----- Em relação à GES Autarquias, o Presidente da Junta esclareceu que foi solicitado por parte desta empresa uma reunião para apresentação da mesma, que faz um serviço exatamente igual à Globalsoft. -----


----- Em relação à reunião dos CTT, foi solicitada pelo Presidente da Junta para que os serviços dos CTT criassem um *plafond* de modo a que a Junta de Freguesia não estivesse constantemente a assumir o pagamento das reformas. Também foi falado com o gestor dos CTT, o serviço *payshop* muito mais vantajoso que o serviço que está atualmente instalado na Junta de Freguesia e a possibilidade de se fazer uma mudança para este serviço. -----

----- Em relação ao Festival Dunas, o Presidente referiu que foi uma falha pois estiveram sempre funcionários da Junta a dar o apoio logístico necessário. A Junta de Freguesia continua a ser parceira neste festival. -----


----- Em relação ao mapa de pessoal, o Presidente da Junta esclareceu que já tinha havido mudanças e que o relatório já não estava atualizado. Referiu que a partir do mês de outubro vão estar ao serviço de 8 pessoas no máximo. No Parque de Campismo vão ser três guardas e duas pessoas na receção, que farão também a manutenção. Na freguesia serão duas/três pessoas. No trabalho temporário ficará só uma pessoa. No final de novembro já estará mais uma pessoa no quadro porque o procedimento concursal chegou ao fim. Está ainda a decorrer outro procedimento concursal para assistente operacional, para o lugar que era do Júlio Matos. -----

----- Aproveitou para esclarecer que tomou uma diligência com o Porto de Aveiro porque o Porto quer entregar, a título gratuito, à Junta de Freguesia, o trapiche que está em frente à pastelaria. Também querem entregar o antigo cais da lanca. -----

----- Também referiu que os antigos estaleiros estão um perigo, contactou o dono do terreno e vai fechar os estaleiros. Só que surgiu um problema com as autocaravanas que ficavam nos estaleiros. O que se pensou fazer foi dividir o terreno da feira ao meio e as

autocaravanas ficarem nesse terreno em vez de se espalharem pela freguesia. -----
----- O Presidente da Mesa da Assembleia referiu que se os feirantes pagam para estar a trabalhar naquele espaço, então os campistas também deviam de pagar. Na sua opinião devia haver um parque para caravanas, mas com uma estação de serviço e local de descargas de cassetes, pois assim até algum comércio da freguesia iria beneficiar. -----
----- O Presidente da Junta referiu que uma das propostas para o próximo ano, a nível de investimento, seria o parque para caravanas. Porque como houve um atraso na construção da capela mortuária e já não será a Junta de Freguesia a fazer a obra, a Câmara Municipal assumirá o projeto na totalidade e construirá um novo edifício. -----
----- O Sr. António Nabais discorda da construção de um parque de caravanas porque não traz estabilidade do turismo nem traz receita para a freguesia. -----
----- No final, foi lida a ata em minuta pela segunda secretária da Assembleia, a Sra. Ana Margarida Ruela. -----
----- O Presidente da Mesa da Assembleia colocou à aprovação a ata em minuta, a qual foi aprovada por unanimidade.-----
----- Nada mais havendo a tratar o Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão e eu  (Ana Cristina Duarte), primeira secretária da Mesa, redigi esta ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por mim e pelo Presidente da Assembleia de Freguesia. -----
-----São Jacinto, 25 de setembro de 2020. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia



Carlos Manuel Paiva Galante

A primeira Secretária



Ana Cristina Duarte